

Parecer nº 168/99

Data: 1999.20.10

Processo nº 681

Requerentes: Ana Maria Galucho Teixeira e outros

Requerido: Câmara Municipal de Lisboa

1. Ana Maria Galucho Teixeira, Ana Paula Costa Roque e António Jorge Andrade Ribeiro, identificados nos autos, vieram, nos termos dos artigos. 15º, nºs 3 e 4 e 16º, nº 1, da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, apresentar queixa, na sequência do indeferimento tácito relativamente ao pedido de certidão apresentado à Câmara Municipal de Lisboa, ao abrigo dos artigos. 12º, nº 1, alínea c) e 13º, da Lei nº 65/93.

Em 15/06/99 as cidadãs e o cidadão em causa solicitaram por escrito, nos termos dos artigos 12º, nº 1, alínea c), e 13º da Lei nº 65/93, a passagem de certidão relativa a quatro documentos administrativos:

- Projecto de arquitectura do novo edifício municipal do Campo Grande,
- Despacho de aprovação do referido projecto,
- Projecto de especialidades do referido edifício
- Despacho da aprovação das obras de construção do edifício, nos termos do artigo 3º nº 1 alínea b) do Decreto-Lei nº 445/91, de 20 de Novembro.

Não tendo obtido resposta e dando como ocorrido indeferimento tácito do pedido apresentado em 15/06/99 - artigo 15º, nº 3, da Lei 65/93 e artigo 72º do Código do Procedimento Administrativo em matéria de contagem dos prazos - apresentaram queixa à CADA.

2. A queixa foi apresentada no prazo e demais condições legais, pelo que cumpre apreciar a questão de fundo suscitada.

A entidade a quem seja dirigido requerimento de acesso a um documento administrativo (na acepção delimitada pelo artigo 4º da Lei 65/93) deve, no prazo de 10 dias :

- Facultar o acesso, comunicando a data, local e modo para se efectivar a consulta, efectuar a reprodução ou obter a certidão;
- Indicar as razões da recusa, total ou parcial, do acesso ao documento pretendido;
- Informar que não possui o documento e, se for do seu conhecimento, qual a entidade que o detém ou remeter o requerimento a esta, comunicando o facto ao interessado;
- Solicitar parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos sobre a possibilidade de revelação do documento quando: (1) gere dúvidas a qualificação do documento, a natureza dos dados a revelar ou a possibilidade da sua revelação); (2) o requerimento se refira a algum documento nominativo de terceiro e não esteja acompanhado de autorização escrita da pessoa a que diga respeito (artigo 15º).

Se ocorrer indeferimento expresso, houver falta de decisão ou uma decisão limitadora do exercício do direito de acesso, o interessado pode dirigir à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, no prazo de 20 dias, queixa contra a entidade responsável (artigo 16º).

É o que agora ocorre.

Não obrigando a lei a que a Administração Pública elabore documentos novos a pedido dos requerentes que invoquem a Lei 65/93, o pedido dos requerentes deve ser interpretado como visando acesso a documentos já existentes. Não se tratará, pois, de coligir os dados referidos, mas de facultar acesso aos documentos jurídicos de que constem os dados.

Os documentos em causa não têm carácter nominativo, nem se encontram protegidos por qualquer das modalidades de sigilo legalmente admissíveis, a título excepcional.

Futuramente, o novo **Sistema de Informação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa assegurará o progressivo completamento da cobertura cartográfica** da área do município (nas suas diversas vertentes - topográficas, geofísicas, cadastrais, temáticas), de acordo com **uma visão alargada do conceito de "informação urbana"** (englobando, além da informação alfanumérica, os suportes de imagem e a documentação). Esse sistema deve diversificar os canais de disponibilização da informação, garantindo o seu acesso pelos vários agentes em presença - serviços municipais e públicos, proprietários, promotores, mediadores e construtores, investigadores, projectistas, público em geral.

Entre os objectivos prioritários do projecto estão os seguintes:

- desenvolvimento dum sistema de processamento de dados urbanos, decorrente do anterior [Gestão de Licenciamento de Processo de Obras - GPLO];
- implementação duma rede que permita a interligação entre os nós distribuídos pelos vários serviços da CML;
- associação, ao Sistema de Informação Urbana, da georeferenciação dos dados, nomeadamente os gerados pelo licenciamento urbano.

Entre as acções a desenvolver estão as tendentes à instalação de quiosques electrónicos para divulgação de informação junto do público e um *website* criado na Internet [<http://ulisses.cm-lisboa.pt/principal.htm>], que permite a divulgação rápida e de baixo custo, de informação urbanística.

Os documentos de que constam os dados desejados pelos requerentes não se encontram publicados electronicamente. Em qualquer caso, dada a sua natureza, poderiam sempre ser requeridos e obtidos.

Nestes termos a CADA emite parecer favorável ao acesso aos documentos requeridos, recaindo sobre os requerentes os custos legalmente previstos para acesso a documentos em suporte de papel. Aplicam-se ainda as limitações de uso previstas no artigo 10º da lei

Lisboa, 20 de Outubro de 1999.

José Magalhães (Relator) – Silva Marques – Narana Coissoró – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)